
**Jornalismo e Representatividade:
A (in)existência de Jornalistas Negros Como Âncoras nos Telejornais Amazonenses**

**Journalism and Representativity:
The Non-Existence of Black Journalists as Anchors in Amazonenses Television News
Programs**

Ivan Duarte ARCANJO¹⁰

RESUMO

O estudo teve como base a invisibilidade de jornalistas negros à frente dos telejornais amazonenses. O objetivo foi traçar um recorte atual da representatividade de jornalistas negros como âncoras nos telejornais amazonenses. Foi feito um levantamento da proporção de âncoras negros em relação aos jornalistas brancos. Constatou-se que menos de 30% dos jornalistas, que comandam as bancadas dos telejornais avaliados são negros.

PALAVRAS-CHAVE:

Telejornalismo amazonense; Racismo estrutural; Representatividade negra; Âncora.

ABSTRACT

The study was based on the invisibility of black journalists at the head of Amazonense television news programs. The objective was to draw a current clipping of the representativity of black journalists as anchors of Amazonian television news programs. A survey was carried out on the proportion of black anchors in relation to white journalists. It was found that less than 30% of the journalists in charge of the news desks of the TV news programs evaluated are black.

KEYWORDS:

Amazonense telejournalism; Structural racism; Black representativity; Anchor.

¹⁰ Recém-graduado em Jornalismo pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE SER), repórter na emissora pública em Manaus - TV Encontro Das Águas - Afiliada TV Brasil, e-mail: jornalistaarcanjo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os negros no Brasil constituem 56,4% da população brasileira, segundo dados do primeiro trimestre de 2020, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Compõem essa população aqueles indivíduos que se autodeclaram pretos ou pardos (Tabela 1). Acerca dessa classificação, existem, ainda, discussões quanto à união dos marcadores censitários preto e pardo como negros; polêmica principalmente centrada na categoria pardo. Devulsky (2021) sintetiza que os pardos representam os negros de “pele clara”, oriundos de famílias inter-raciais, representados por uma diversidade de cores e realidades socioeconômicas (para maior aprofundamento, vide o livro “Colorismo”, da mesma autora). Silva e Leão (2012) e Devulsky (2021) salientam que a identificação como pardos, pretos ou negros não deslegitima nem impede as experiências/vivências de racismo.

Tabela 1. Distribuição populacional por cor/raça no Brasil e no Amazonas, no primeiro trimestre de 2020

País/UF	População (mil pessoas)	Percentual da população (%)		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	210.474	42,7	9,2	47,2
Amazonas	4.021	14,0	2,3	81,1

Fonte: IBGE (2020).

Uma vasta parcela da literatura sociodemográfica, bem como os grupos e lideranças do Movimento Negro, convergem quanto à união dos marcadores pretos e pardos como negros, já que o termo apresenta uma perspectiva racial-política-cultural (SILVA; LEÃO, 2012). Além do mais, no Brasil, a sociedade, os lugares e as oportunidades ainda excluem e desvalorizam os negros, sejam eles pretos ou pardos (ALMEIDA, 2019; DEVULSKY, 2021), como explicitam – desde sempre e potencialmente todos – os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, justificando seu tratamento teórico e estatístico em conjunto (SILVA; LEÃO, 2012; IBGE, 2019).

Baseando-se nessa conjuntura teórica, nesse estudo, considera-se a parcela da população negra (pretos e pardos). Mais da metade da população brasileira é negra (Tabela 1), no entanto, essa representatividade ainda não se reflete em termos de ocupação dos espaços sociais. No telejornalismo não é diferente. Ainda há pouca representatividade de negros à frente das

bancadas dos telejornais. As emissoras de televisão insistem em manter o padrão europeizado branco como referência.

Com os avanços tecnológicos e das mídias sociais, os debates acerca da invisibilidade e ausência de representatividade das minorias socioeconômicas têm se multiplicado e alcançado todos os locais sociais, incluindo a imprensa, um dos sustentáculos da democracia, cujo papel é fornecer um espaço público aos povos invisibilizados, dando-lhes visibilidade e promovendo mudanças sociais. A prática do telejornalismo deve estar atenta aos direitos humanos. Ele é o ponto de reconexão do público entre si e com a sociedade (RAMAPRASAD, 2018).

O exercício do jornalismo, com base nos seus compromissos normativos e na justificativa social, deve estar associado à promoção da diversidade e da pluralidade, sem a qual não é possível a disseminação de valores universais. O jornalismo tem uma função relevante na construção de espaços de debate coletivo sobre a diversidade. Mas, como o Jornalismo tem atuado quanto à representação da diversidade, em toda a sua amplitude? Para Martinez, Lago e Storch (2018, p. 5), “a discussão sobre pluralidade também encerra o ponto relevante sobre a qualidade da informação, visto que o jornalismo de qualidade é aquele capaz de efetivamente promover a pluralidade, dar a ver as diferenças”.

Apesar de alguns avanços em termos de representatividade negra nos telejornais de âmbito nacional, incluindo a ancoragem desses programas, em nível local esse cenário parece menos promissor. Isso pode indicar uma padronização estética branca, contrapondo-se à diversidade étnico-racial que constitui a população do Estado do Amazonas, onde 83,4% da população são formadas por pretos e pardos (Tabela 1) (IBGE, 2020).

Nesse sentido, o presente estudo partiu do pressuposto que o racismo estrutural seguiria evidenciado nas redações do telejornalismo amazonense, reproduzindo a ideia de superioridade branca, através do padrão europeizado dos apresentadores e da ausência de jornalistas negros na ancoragem dos telejornais no estado do Amazonas. Como contraponto, não haveria um “branqueamento” dos telejornais, por parte das emissoras. Essas discussões contribuem para uma análise crítica à imagética europeizada que se tem construído nos telejornais, mesmo em uma sociedade étnica e racialmente diversa, o que fortalece os estigmas e as assimetrias de representações sociais.

Nesse contexto, este trabalho busca traçar um recorte atual da representatividade de jornalistas negros à frente dos telejornais amazonenses, a partir do levantamento da proporcionalidade de âncoras negros em relação aos jornalistas brancos. Estruturalmente, este artigo começa com uma explanação acerca do papel do telejornalismo como espelho e transformador social; e da necessidade de diminuição da assimetria que existe em relação à representatividade da pluralidade étnico-racial da população; seguindo-se com a apresentação do contexto de construção de uma nação estruturalmente racista. Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos empregados e os resultados do levantamento da pesquisa, respectivamente. Concomitantemente à descrição dos dados, também são feitas as discussões teóricas dos resultados. Por fim, tecem-se algumas considerações e contribuições acerca do conjunto analisado.

1. O EMBRANQUECIMENTO DO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

Deveriam ser desnecessárias, em pleno Século XXI, discussões acerca de situações de discriminação racial no Brasil. Contudo, apesar de seus 520 anos de história e dos 133 anos de abolição, o retrato da violência e preconceito, motivados pela cor da pele, não mudou. Em contraponto à ideia de democracia racial que se tenta propagar, nos mais diversos meios sociais e de comunicação, os negros continuam sendo silenciados, marginalizados e invisibilizados.

O pressuposto de universalização do trabalho livre, promovido pela Lei Áurea, favoreceu, majoritariamente, a herança cultural da população branca, já que, segundo Ribeiro (2004), os negros foram “forçados” a acreditar que, de acordo com a ideia de democracia racial, as oportunidades de ascensão seriam igualitárias e que não alcançar essa “igualdade” era resultado de sua incapacidade e não do processo de desumanização a que foi submetido por séculos. Ou seja, dessa dinâmica de dominação imposta pelas estruturas e relações racistas, surge o sujeito colonizado, alheio a si mesmo, à própria história e à própria cultura (FANON, 2008). Como afirma o autor, é a cultura do colonizador que acaba por mediar as relações dos homens negros entre si, e a formação de suas próprias identidades. O mito da democracia racial cria um sujeito inferiorizado, que tenta adquirir seu reconhecimento a partir desse lugar estranho e negado a ele, isto é, sob o sepultamento de sua originalidade cultural (FANON, 2008).

Essa, inclusive, é a tese sustentada pelo Diretor de Jornalismo da maior rede de televisão brasileira, a Rede Globo. No livro intitulado “*Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*”, Ali Kamel (2006) deixa claro que, do seu ponto de vista, o racismo não constitui um traço marcante do país, uma vez que, segundo ele, não há barreiras institucionalizadas para o progresso do negro na sociedade. Sugere, ainda, uma superestimativa da população negra pelo IBGE, porque o órgão censitário classifica como pretos, além dos negros, também os pardos (considerados por ele como não negros). O autor corrobora, nos seus termos, o mito do preconceito social. Nisso, ignora que é justamente no espaço comum, no cotidiano das escolas, no trabalho, na família, nos espaços públicos e na programação da TV que se verifica o racismo.

Acostumou-se a ver e colocar o negro em situações de subalternidade, de marginalidade, de criminalidade e de pobreza sob o mito da discriminação social, para encobrir o verdadeiro preconceito: o racial (RIBEIRO, 2004). Reflexo disso é a concentração da população negra nos postos de trabalho mais vulneráveis (assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos, trabalhadores familiares não remunerados e empregos domésticos, principalmente as mulheres) (DIEESE, 2015); recebendo rendimentos mais baixos do que os não negros. O mesmo cenário se estende aos meios de comunicação, como o telejornalístico, foco deste estudo.

Essa estética, no entanto, replicada pelas principais emissoras de TV de sinal aberto (Cultura, SBT, Globo, Record, Rede TV, Gazeta e Bandeirantes) é formada, conforme Acevedo e Trindade (2011), predominantemente, por jornalistas brancos, havendo pouca diversidade étnica nesses programas. Ferreira (2004) assevera que a estratégia de repetição dessa estética, pelas emissoras, reforça signos, formas, personagens, discursos e situações normalmente estereotipadas, que negligenciam a diversidade sociocultural da população brasileira.

Na análise de Acevedo e Trindade (2011), essa predominância de brancos, nas bancadas dos telejornais, deriva da sociodinâmica de estigmatização, estabelecida ao longo de séculos de escravização da população negra, que atribuíram um conjunto de características anômicas aos negros, enquanto construíam imagens positivas aos brancos. O efeito desse sistema de opressão é responsável pelas relações estabelecidas entorno dos conceitos de maioria e minoria, que não traçam uma correlação direta com questões puramente quantitativas.

Araújo (2007) e Faria (2008) dialogam nesse mesmo sentido, quando apontam uma dissimetria nas relações raciais e/ou de gênero que permeiam as representações sociais apresentadas por intermédio dos meios de comunicação, dentre os quais os telejornais. Para os autores, apenas um grupo étnico é visibilizado – o branco – hiper-representado e tratado, invariavelmente, como modelo natural da espécie humana; fomentando representações sociais limitadas e desvalorizadas do negro e de outros grupos étnico-culturais.

2. A NECESSIDADE DE REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO TELEJORNALISMO

Como afiança Fernandes (1972), ao contrário do que acreditam alguns, a luta dos negros não é por privilégios. Afinal de contas, foram os privilégios (dos brancos) os responsáveis pelo distanciamento da população negra do progresso e dos direitos fundamentais na ordem social. Não há uma busca em prejudicar o branco, mas de permitir ao negro acesso aos valores e instituições que aqueles detêm desde sempre, ou seja, pela integração do negro à dinâmica sociopolítica, econômica e educacional (RIBEIRO, 2004).

Essa luta passa pelo direito à preservação de sua autoestima, seu orgulho e sua dignidade. E o reconhecimento social passa pelo direito de ver-se e de ser visto, sem vergonhas, preconceitos ou restrições (FERNANDES, 1972). Nesse sentido, Travancas (2010) aponta que os meios de comunicação desempenham papel de grande relevância na sociedade, pois atuam como elemento ativo de elaborações coletivas, especialmente os jornais e os jornalistas. Dessa forma, a estética predominante nos telejornais, composta por âncoras e repórteres brancos, associada ao seu alcance socioespacial, contribui sobremaneira para a invisibilização de profissionais não brancos, especialmente os negros. Essa invisibilidade resulta da aceitação, pela sociedade, daquela expressão embranquecida repetidamente exposta como protagonista, colocando à margem os negros e os demais grupos étnicos (ACEVEDO; TRINDADE, 2011).

Por isso a necessidade de inserir o negro nos meios de comunicação de forma positiva, democratizando esses e outros espaços. Por muito tempo, os negros que alcançavam destaque na mídia televisiva passavam por um processo de “embranquecimento” da sua imagem, posicionando-se de forma intermediária, sem ocupar o mesmo lugar que o branco e, ao mesmo tempo, impossibilitando que a população negra se reconhecesse naquela figura, cujas

características foram camufladas. O padrão estético europeizado desses programas ainda está longe de ser substituído.

A forma de transformar esse cenário é fazendo com que os negros apareçam, sejam vistos e se reconheçam. Afinal de contas, mais da metade da população brasileira é formada por negros, e é razoável que sua presença na mídia seja proporcionalmente compatível. É preciso que essa presença se dê de forma quantitativamente equiparada (BERTH, 2019).

O telejornalismo continua sendo a principal, senão a única, fonte de informação para milhões de brasileiros, conforme aponta a Pesquisa Brasileira de Mídias (BRASIL, 2016); especialmente aqueles economicamente desassistidos, analfabetos e/ou que habitam os rincões do país (ARAÚJO, 2007). Assim, é preciso descolonizar o telejornalismo, sua estrutura e seu conteúdo, e contribuir com uma formação que valorize a identidade de crianças e jovens negros.

Essa pretensa representação do real, construída pelas elites ao final do período de escravização do povo negro, não é mais aceita. Produtos marcados por personagens que nunca fizeram jus à sua identidade não são mais bem acolhidas. O povo negro vem ocupando lugares que antes lhes eram negados. Já não lhes basta substituir o branco nas circunstâncias em que ele não quer ocupar, a exemplo da apresentação de telejornais nos feriados e/ou finais de semana; é preciso assumir posições de protagonismo e de normalização. É preciso representatividade!

3. RACISMO ESTRUTURAL

A falta de representatividade do negro no telejornalismo mostra o quanto o racismo é estrutural e ocorre na medida em que a sociedade também o é. A identificação, a construção da identidade, se dá a partir do reflexo, daquilo que se vê, e o espelho de grande parte da população é a televisão. A ausência de negros nos telejornais seja como âncoras, repórteres ou nas redações, pode resultar em uma cobertura negligente dos fatos e a reprodução de discursos estereotipados (FRANÇA, 2006).

Raça não é uma construção biológica. É evidente que o conceito de “raças humanas” não existe. No entanto, isso não ilide, não afasta o racismo, a discriminação de raças constituídas sociologicamente, em virtude de diferenças fenotípicas, como a cor da pele

(SODRÉ, 1999). Pinto (2019, p. 11) registra que “a instituição da branquitude em consonância com o racismo estrutural são as bases para a construção de nossa sociedade”.

De acordo com Campos (2017), o racismo estrutural corresponde à realidade sistêmica ou estrutural, como o próprio nome sugere, de mecanismos e princípios causais que produzem o racismo em si. Isso significa que o racismo que paira sobre a sociedade como uma ideologia tem, na verdade, uma fundação estrutural, ou seja, as bases políticas, econômicas e sociais foram e, continuam, organizadas pela posição racializada dos sujeitos (CAMPOS, 2017).

Pinto (2019) assevera que a desigualdade racial resulta da própria estrutura social racista, e não de ações individuais ou institucionais, como muitos acreditam. Nessa lógica, os marginalizados são silenciados, bem como, suas demandas, direitos, saberes e histórias. Silêncio que tem “ecoado” com o auxílio da imprensa, por meio da invisibilização de parte significativa da população brasileira.

Como a mídia, no Brasil, é fruto dessa sociedade, o racismo não lhe é apenas intrínseco, é, também, estruturante (PINTO, 2019). Carneiro (2003 *apud* MARTINS *et al.*, 2018, p. 124) enfatiza que “racismo é coisa de profissional, é estruturante para o exercício de poder contra quem o racista julga ser inferior”. A despeito do posicionamento “imparcial” da imprensa, Davis (1979 *apud* PINTO, 2019, p. 18) defende que, “numa sociedade racista, não adianta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Segundo Gonzalez (1988), o racismo se apresenta de duas formas, o aberto e o disfarçado. Nos países latinos, a segunda forma é a que predomina, prevalecendo às teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial, alimentadas através da ideologia do branqueamento (internalização do desejo de embranquecer) e da conseqüente negação da própria raça e cultura. A autora ilustra brilhantemente esse cenário quando afirma que, apesar da marcada africanização do português falado no Brasil (apelidado por ela de “pretoguês”), esse é um aspecto pouco explorado – mais precisamente, ignorado – quando se trata da influência negra na formação histórico-cultural brasileira. Ao contrário, o negro que é sempre o ignorante.

Numa proposição mais imediata, Gonzalez (2019) sugere que, muito mais do que sujeitos da própria história, os negros devem ser sujeitos do próprio discurso, construindo, reconstruindo e desconstruindo identidades, através de um processo dialético rico. Na colocação de Ribeiro (2017), é divulgar a produção intelectual negra, enquanto sujeitos e seres

ativos de resistências e “reexistências”. O que se vê na mídia é a articulação de identidades que privilegiam certos grupos em detrimento de outros.

Como demonstra Kilomba (2010), apesar do caráter patriarcal e machista da sociedade, essa universalidade não se sustenta nem em relação aos próprios homens, quando se soma a questão racial. Percebe-se, dessa perspectiva, que os homens negros, numa relação racista, são colocados abaixo das mulheres brancas na pirâmide social.

Trazendo para o contexto deste estudo, e utilizando-se do conceito de *outsider within* – “estrangeiros de dentro” (COLLINS, 2016), no jornalismo, o profissional negro deve ocupar esse lugar, por ser jornalista, e pleitear o lugar do negro como sujeito político, pois esse espaço lhe proporciona enxergar a sociedade de forma mais ampla, já que essa é uma posição dúbia: dolorosa, pela desigualdade; mas também de potência, em virtude da possibilidade de vocalizar novas formas de sociabilidade, dentro daquilo que discute Ribeiro (2019).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A opção pelos âncoras, em detrimento dos demais jornalistas que apresentam as notícias (repórteres), deveu-se à relevância do papel dos apresentadores, que são a “cara” do telejornal, conforme pontua Cerqueira (2008). Foi pesquisada uma amostra indicativa, ilustrativa da realidade dos telejornais amazonenses.

Referente aos procedimentos metodológicos, inicialmente, cumpriu-se a pesquisa bibliográfica, posteriormente, a partir do levantamento e avaliação dos 11 telejornais amazonenses e seus apresentadores, integrantes da programação das principais emissoras do Estado, a saber: Rede Amazônica (Bom Dia Amazônia, Jornal do Amazonas 1ª e 2ª edições e Bom Dia Sábado); TV A Crítica (A Crítica na TV e Manhã no Ar); Record TV (Amazonas Record); TV Norte Amazonas (6H Notícias e Norte Notícias); Band Amazonas (Band Cidade); e TV Encontro das Águas (2.1 Notícias). Procedeu-se a identificação de âncoras negros e sua proporcionalidade, sem intenção de analisar ou discutir o conteúdo dos referidos telejornais. Esse levantamento ocorreu no período de julho a setembro de 2020, com o auxílio das informações disponíveis nos *websites* dos respectivos telejornais.

No tocante à categoria de análise, em conformidade com os objetivos da pesquisa, observou-se a etnia dos apresentadores. Para este feito, com base nas imagens dos referidos

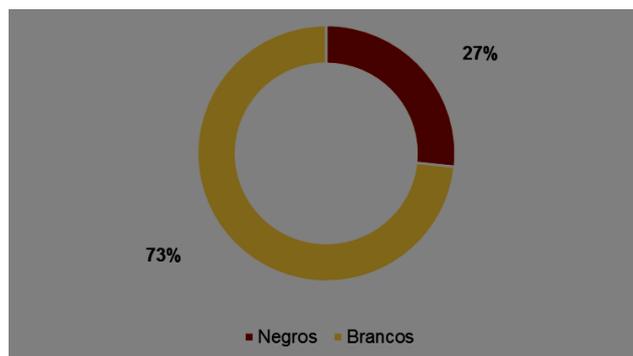
profissionais, avaliou-se a cor da pele, como característica fenotípica determinante para a heteroclassificação (classificação pelo pesquisador que será explicada adiante), semelhante ao adotado por Acevedo e Trindade (2011), Hazel e Clarke (2008) e Taylor *et al.* (2005). Nesse sentido, utilizou-se a classificação segundo o IBGE, em que pretos e pardos constituem a parcela da população negra (ACEVEDO; TRINDADE, 2011).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao analisar os 11 telejornais locais, transmitidos por 6 emissoras amazonenses, consideraram-se negros os jornalistas cujas características fenotípicas, sobretudo a cor da pele, eram compatíveis com traços de negritude.

Numa perspectiva geral, dos 11 telejornais analisados apenas 3 (27,3%) têm, nas bancadas, apresentadores negros. Das 6 emissoras estudadas, metade delas (Record TV Manaus, Band Amazonas e TV Encontro das Águas) não possuíam, no quadro de âncoras, jornalistas negros. Quando se analisa a proporcionalidade em relação ao número total de jornalistas (15), o percentual de negros é ainda menor – somente 26,7%, ou seja, apenas 4 profissionais (Figura 1). Esses resultados estão aquém das expectativas, sobretudo se considerarmos que a distribuição étnico-racial da população brasileira é majoritariamente negra, panorama semelhante ao Estado do Amazonas, foco desta pesquisa.

Figura 1. Percentual de jornalistas negros e brancos nas bancadas dos telejornais amazonenses, entre julho e setembro de 2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Como apontam Petruccelli e Saboia (2013), a realidade social é relacional e não o resultado de um processo de evolução. Assim, essa assimetria observada é fruto de uma dinâmica de diferenciações intra e intersociais, que estão estruturalmente enraizados, num

secular ciclo de violência simbólica, que Silvio Almeida (2019) chamou de racismo estrutural. Dessa forma, o que trabalhos como este se propõem é, dentro dos critérios científicos, registrar o estado dessa luta entre as diferentes representações, já que as características que são definidas como recorte “objetivo” da identidade étnica ou regional, na prática social funcionam como signos (ou estigmas), e as lutas de identidades só podem ser compreendidas superando a oposição entre a realidade e a representação da realidade (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

Segundo Almeida (2019), no livro *Racismo Estrutural*, as instituições reproduzem, de forma orgânica, as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social racista, historicamente construída, de privilégios de determinado grupo racial. Apesar de não ser algo criado pelas instituições, é por elas reproduzido e deve, também por elas, ser combatido. Para tanto, Ribeiro (2019, p. 36) afirma que “o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não conseguem acessar”. Joice Berth (2019) salienta que a proporcionalidade é tão importante quanto a presença/ausência. Ribeiro (2019, p. 52) completa: “é preciso romper com a estratégia do ‘negro único’”. Essa sub-representatividade negra no telejornalismo foi observada, também, por Araújo (2007), Aureliano e Silva (2015), Albuquerque (2018), Costa, Lima, Moreira et al. (2016) e Portal (2016), incluindo casos de sobreposição de discriminação de raça e gênero, ou opressões cruzadas, como explica Carla Akotirene (2019).

O déficit de representatividade funciona como freio às pretensões de estudantes e, até mesmo, de outros jornalistas negros, que não enxergam possibilidade de ocupação desses espaços, internalizando a ideia que não aceitação a que estão acostumados. A ausência de reflexo nos espelhos sociais acaba por fomentar falsas ideias de uma meritocracia mitológica, segundo a qual faltam esforços pessoais e não discrepâncias nos pontos de partida (HAMERMULLER, 2018). Afinal, como alerta Lélia Gonzalez (2010, p. 70): “afirmação e reconhecimento fazem parte de um jogo de espelhos entre pessoas negras em processo de construção de sua identidade racial”.

Quando os afrodescendentes não se enxergam pela imagem que estão acostumados a assistir, não se sentem devidamente representados. A população negra sofre a “síndrome do vampiro”: eles não enxergam a própria imagem refletida no espelho da mídia (SODRÉ, 2006). Sendo assim, compreende-se que, na verdade, o telejornalismo amazonense fomenta a

invisibilidade do negro, como sugere o título desta pesquisa, pois a “face” apresentada dos telejornais locais não reflete a população do Amazonas. E como afirma Almeida (2019), a falta de representatividade faz parte dessa cultura incoerente, e as instituições são racistas porque a sociedade é racista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, discutiu-se a presença de jornalistas negros como âncoras nos telejornais amazonenses, em seis emissoras do Estado do Amazonas. Após a pesquisa bibliográfica, e o mapeamento dos jornalistas negros na apresentação dos telejornais estaduais, ficou evidente a ausência de consolidação dos espaços nas bancadas dos telejornais amazonenses, para atuação dos jornalistas negros, fomentando a falta de representatividade nesse lugar enquanto instrumento de visibilidade.

O fato de os negros representarem a maioria da população no Brasil e no Estado do Amazonas, como aponta o último levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), no qual, 83,4% da população do estado se autodeclara negra, o índice não muda a realidade de desigualdade e exclusão dessa população, conforme se observou na revisão bibliográfica.

Os dados coletados no levantamento expressam a desproporcionalidade na ocupação dos espaços de destaque por jornalistas negros, em relação ao elenco de jornalistas brancos. A sociedade brasileira ainda respira o sistema racista, imposto há séculos por grupos hegemônicos. Fazendo-se necessária a criação de políticas públicas que pautem a temática, sobretudo que sejam acompanhadas de perto e cumpridas.

Colocar a diversidade no telejornalismo é uma importante ferramenta de afirmação das diferentes identidades étnico-raciais. No entanto, o cenário observado no decorrer do estudo não reflete essa pluralidade. O sucesso crescente de produções intelectuais e artísticas negros em todo o mundo, igualmente mostra a potencialidade de se investir na diversidade. Salienta-se que a presença dos corpos negros nesses espaços é um avanço na luta antirracista no país, entretanto, a presença precisa ter proporcionalidade. Como reforça Joice Berth (2019) que a proporcionalidade é tão importante quanto a representatividade. De todo modo, mesmo sabendo

que a representatividade ainda está longe de ser a ideal, é necessário destacar que houve avanços na inserção de jornalistas negros no telejornalismo.

À vista disso, esta pesquisa entra no processo na luta antirracista, espera-se que contribua com os estudos relacionados a temática e com as discussões acerca de um problema muito maior e estrutural, como afirma Almeida (2019) – o racismo. Oliveira (2020) enfatiza que a “representatividade é poder, quando não se perde de vista o contexto”, e ocupar espaços privilegiados provocará, de fato, algum tipo de mudança nas estruturas que dependem da perpetuação do conceito de inferioridade racial da população negra para se retroalimentar.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R.; TRINDADE, L. V. P. Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros. **Alceu**, v. 11, n. 22, p. 90-108, jan./jun. 2011.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, C. A representação do negro no RJTV – 1ª Edição. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2018.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, J. Z. (coord.). **Onde está o negro na TV pública?** Fundação Cultural Palmares, 2007.

AURELIANO, F. L.; SILVA, F. F. A padronização estética das apresentadoras dos principais telejornais brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: INTERCOM 2015.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2016.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 95, p. 01-19, 2017.

CERQUEIRA, C. A imprensa e a perspectiva de gênero: as vozes femininas nas notícias de primeira página do Público e do Correio da Manhã. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE JORNALISMO, 3., 2008, Porto. **Anais [...]**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

COSTA, M.; LIMA, M.; MOREIRA, T. S.; et al. A TV Globo e a escassa representatividade negra feminina nos seus telejornais. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE*, 18., 2016, Caruaru. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016.

DIEESE. **Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos**. nov. 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2015/2015pednegrossintmet.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, S. G. S. **Uma análise das participações dos personagens afro-descendentes nas histórias em quadrinhos de Maurício de Sousa: 1988-2008**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2008.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, S. A estética da repetição na televisão. **Líbero**, ano 7, n. 13/14, p. 80, 2004.

FRANÇA, V. **Onde estão os negros no telejornalismo?** Estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. A democracia racial: uma militância (reedição). **Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 222-225, jul. 2019.

HAMERMÜLLER, A. F. **A cor na televisão: uma análise da representatividade racial entre os repórteres e apresentadores da Rede Globo e o papel televisivo na construção da identidade negra**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

HAZELL, V.; CLARKE, J. Race and ideology in the media: a content analysis of advertisements in tow mainstream black magazines. **Journal of Black Studies**, v. 39, n. 1, p. 5-21, sep. 2008.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral – 1º Trimestre 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KAMEL, A. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KILOMBA, G. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. 2. ed. Münster: UNRAST, 2010.

MARTINEZ, M.; LAGO, C.; STORCH, L. (org.). Apresentação. *In: Direitos humano e a pesquisa em jornalismo*. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2018. p. 5-9.

MARTINS, Z.; JULIE, R.; BASTHI, A.; MOURA, A.; AZEVEDO, L. M. Do racismo epistêmico às cotas raciais: a demanda por abertura na universidade. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, p. 122-145, 2018.

OLIVEIRA, J. S. Representatividade é poder? **Notícia Preta**, 2020. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/representatividade-e-poder/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Orgs.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PINTO, Y. S. M. **Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PORTAL, S. R. P. A cor da mídia televisiva: a (in)visibilidade da jornalista negra na televisão paraense. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 18. 2016, Goiânia. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016.

RAMAPRASAD, J. Journalism as if the people mattered. In: MARTINEZ, M.; LAGO, C.; STORCH, L. (org.). **Direitos humano e a pesquisa em jornalismo**. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2018. p. 57-67.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, G. M. O. **Democracia racial e telejornalismo: o negro no mercado de trabalho audiovisual**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.

SILVA, G. M.; LEÃO, L. T. S. O paradoxo da mistura – identidades, desigualdades e percepções de discriminação entre brasileiros pardos. **RBCS**, v. 27, n. 80, p. 117-133, 2012.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, M. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TAYLOR, C. R.; LANDRETH, S.; BANG, H. K. Asian Americans in magazine advertising: portrayals of the “model minority”. **Journal of Macromarketing**, v. 25, n. 2, p. 163-174, dec. 2005.

TRAVANCAS, I. S. Juventude e televisão: a recepção do noticiário televisivo Jornal Nacional entre jovens universitários brasileiros. **Lumina**, v. 1, n. 1, p. 01-16, 2010.